



**Requerimento nº 73/2008
(Do Sr. Pompeo de Mattos)**

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a designação de membro desta Comissão para viagem à Itália com o finalidade de participar de reunião com a juíza italiana Luisanna Figliolia, e com o procurador italiano Giancarlo Capaldo, do Tribunal Penal de Roma, que expediu, ordem internacional de busca e captura contra 146 ex-autoridades sul-americanas, entre elas 13 brasileiras, supostamente envolvidas na Operação Condor.

Justificativa

No mês de abril, esta CDHM realizou audiência pública sobre a chamada Operação Condor, que durante o período de ditaduras sul-americanas serviu para interligar os serviços de repressão das forças militares e que foi responsável pela prisão e traslado de opositores políticos. Desde então, a comissão tem feito uma série de encaminhamentos visando elucidar a real dimensão que a Operação Condor teve, principalmente, em território brasileiro, e envolvendo cidadãos brasileiros que viviam no exterior, como o ex-presidente João Goulart. Ainda, durante aquela audiência, a CDHM assinou um protocolo de cooperação com o parlamento argentino visando unir esforços para desvendar fatos da Operação Condor.

No ano passado a justiça italiana expediu 146 mandatos de prisão com ex-autoridades sul-americanas, que teriam participado da Operação Condor e teriam relação com a morte ou desaparecimento de cidadãos italianos. Entre os casos investigados estão o dos argentinos Horacio Domingos Campiglia (detido no Rio de Janeiro em março de 1980, junto com Monica Susana Pinus de Binstock) e Lorenzo Viñas (visto pela última vez em junho de 1980, em Uruguaiana-RS).

A justificativa do procurador Giancarlo Capaldo, é que esse processo nasceu na Itália porque os países unidos em torno da Operação Condor decidiram não abrir investigações sobre o assunto e a justiça italiana estaria fazendo o possível para evitar a impunidade e para que operações como essa não voltem a acontecer.

Informações preliminares indicam a existência de documentos demonstrando a responsabilidade direta ou indireta dos chefes dos diferentes organismos da repressão política na prisão e desaparecimento forçado de Lorenzo



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



Viñas e seu conterrâneo Horacio Domingo Campiglia, ambos ligados ao grupo guerrilheiro Montoneros e detidos em 1980 no Brasil. Relatórios judiciais, cruzados com a legislação vigente à época do regime militar, também revelariam de forma didática o organograma do aparato administrativo e policial que sustentou a truculência da ditadura entre 1964 e 1985.

Diante desses fatos, e da iniciativa desta comissão de contribuir para as discussões em torno da imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade, bem como do indispensável resgate da memória, é fundamental que a CDHM tenha acesso ao real conteúdo desse processo. Nesse sentido, a viagem à Itália faz-se fundamental para se atingir esses objetivos.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2008.

Deputado POMPEO DE MATTOS
PDT/RS